



Educação Patrimonial e Tecnologias Digitais: Contribuições para a Formação Cidadã na Cultura Digital

Heritage Education and Digital Technologies: Contributions to Citizenship Education in the Digital Culture

João Paulo Fonseca

Mestrando do Curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - UniCarioca.

Vilma dos Santos Silva

Mestranda do Curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - UniCarioca.

Júlia Wagner

Orientadora no curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - UniCarioca.

Jorge Eduardo Mansur Serzedello

Orientador no curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - UniCarioca.

Resumo: O presente estudo analisa as relações entre patrimônio cultural, educação e tecnologias digitais, destacando suas contribuições para a formação cidadã. Por meio de um estado do conhecimento, foram examinadas produções científicas sobre educação patrimonial e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no contexto educacional. Os resultados indicam que a educação patrimonial favorece a valorização da memória, da identidade cultural e da diversidade, promovendo aprendizagens contextualizadas. As tecnologias digitais ampliam o acesso, a preservação e a difusão do patrimônio cultural, além de incentivar práticas pedagógicas mais participativas. Conclui-se que a integração entre patrimônio, cultura digital e educação fortalece a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Palavras-chave: patrimônio cultural; educação patrimonial; tecnologias digitais; formação cidadã; cultura digital.

Abstract: This study analyzes the relationship between cultural heritage, education, and digital technologies, highlighting their contributions to citizenship education. Through a state-of-the-art review, scientific publications on heritage education and the use of Information and Communication Digital Technologies (ICDTs) in educational contexts were examined. The findings indicate that heritage education promotes the appreciation of memory, cultural identity, and diversity, fostering contextualized learning experiences. Digital technologies expand access to, preservation of, and dissemination of cultural heritage, while encouraging more participatory pedagogical practices. It is concluded that the integration of cultural heritage, digital culture, and education strengthens the development of critical and socially aware citizens.

Keywords: cultural heritage; heritage education; digital technologies; citizenship education; digital culture.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural representa o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a identidade, a memória e a história de uma sociedade (Peçanha Rostoldo, 2021). Na contemporaneidade, marcada pela expansão das tecnologias digitais, novas formas de preservar, difundir e ensinar esse patrimônio têm emergido e transformado significativamente as práticas educativas (Bastiani *et al.*, 2023; Rivero *et al.*, 2025). Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental na mediação entre os sujeitos e o patrimônio, especialmente quando articulada às distintas tecnologias digitais (Bastiani *et al.*, 2023).

A cultura digital redefine as relações sociais e educacionais e promove ambientes interativos, colaborativos e dinâmicos (Carvalho *et al.*, 2024; Fontes e Souza, 2024). No campo da educação patrimonial, essas transformações possibilitam o uso de recursos como realidade aumentada, digitalização 3D e ambientes virtuais, o que permite a ampliação do acesso ao conhecimento histórico e cultural (Fontes e Souza, 2024). Estas tecnologias contribuem para tornar o aprendizado mais significativo, ao aproximar os estudantes de diferentes contextos culturais e históricos de modo interativo (Carvalho *et al.*, 2024; Fontes e Souza, 2024).

A integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nas práticas pedagógicas não deve se limitar ao uso instrumental (Joaquim e Pesce, 2018). Nesse sentido, é necessário que haja uma intencionalidade pedagógica que promova reflexão crítica, autonomia e participação ativa dos estudantes (Joaquim e Pesce, 2018; de Bastiani *et al.*, 2023). A literatura destaca que o uso das tecnologias na educação requer mudanças na atuação docente, nas metodologias de ensino e na própria concepção de aprendizagem, com valorização de práticas contextualizadas (de Bastiani *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a formação cidadã emerge como uma aliada fundamental ao patrimônio cultural correlacionado à era digital (Joaquim e Pesce, 2018). Na era digital, formar cidadãos implica desenvolver competências além do domínio técnico, o que inclui o pensamento crítico, a ética no uso das tecnologias e a valorização da diversidade cultural (Nascimento e Santos, 2025). A educação patrimonial mediada por tecnologias digitais pode contribuir para esse processo ao estimular o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural, o que fortalece o senso de pertencimento e a identidade social (Joaquim e Pesce, 2018; Nascimento e Santos, 2025). Ao mesmo tempo, é necessário considerar os desafios, como a desigualdade de acesso às tecnologias e a necessidade de formação continuada de professores que enfrentam muitos desafios, seja na formação dos professores ou nas escolas (da Silva *et al.*, 2025).

Dessa forma, a revisão de literatura evidencia que a articulação entre patrimônio cultural, educação e tecnologias digitais apresenta grande potencial formativo, desde que orientada por práticas pedagógicas críticas e inclusivas (Bastiani *et al.*, 2023). O uso consciente das tecnologias pode favorecer não

apenas a preservação cultural, mas também a construção de uma cidadania ativa, participativa e consciente na sociedade contemporânea (UNESCO, 2017).

Apesar do avanço das tecnologias digitais e do potencial para ampliar o acesso e a valorização do patrimônio cultural, ainda há lacunas significativas na forma como essas ferramentas são integradas às práticas educativas (Mallmann *et al.*, 2023). O uso das tecnologias ocorre de maneira superficial ou desarticulada de objetivos pedagógicos críticos, uma vez que limita seu impacto na formação cidadã dos discentes (UNESCO, 2017; Mallmann *et al.*, 2023). Os desafios como a desigualdade de acesso, a falta de formação adequada dos professores e a ausência de políticas educacionais efetivas dificultam a consolidação de uma educação patrimonial digital inclusiva e significativa (Morales e Mansour, 2025). Diante desse cenário, coloca-se como problema de pesquisa compreender de que modo as práticas educativas mediadas por tecnologias digitais têm contribuído, de fato, para a valorização do patrimônio cultural e para a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade contemporânea.

JUSTIFICATIVA

A crescente presença das tecnologias digitais na sociedade contemporânea transforma significativamente as formas de acesso ao conhecimento e impacta diretamente os processos educativos e as relações com o patrimônio cultural (de Bastiani *et al.*, 2023; Rivero *et al.*, 2025). Nesse contexto, a educação patrimonial ganha destaque ao possibilitar a valorização da memória, das identidades culturais e da diversidade, especialmente quando esta articula com os recursos digitais que ampliam o acesso, a interatividade e o engajamento dos estudantes (de Andrade e Lamas, 2020). Ferramentas como ambientes virtuais, digitalização de acervos e tecnologias imersivas contribuem para tornar o ensino mais dinâmico e significativo, aproximando desta forma os sujeitos de seu patrimônio cultural de forma crítica e participativa (Mello *et al.*, 2022; de Bastiani *et al.*, 2023).

Além disso, a integração entre patrimônio cultural e tecnologias digitais apresenta potencial para fortalecer a formação cidadã e estimular o pensamento crítico, o senso de pertencimento e a participação social de todos os atores do ambiente escolar (de Bastiani *et al.*, 2023). No entanto, ainda existem desafios, como a necessidade de formação docente adequada e as desigualdades no acesso às tecnologias em diversos locais, como em áreas mais remotas, por exemplo, principalmente em áreas rurais (UNESCO, 2021; Mello *et al.*, 2022). Dessa forma, torna-se relevante analisar a produção científica sobre o tema, a fim de compreender suas contribuições, limites e possibilidades e a oferta de subsídios para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas, críticas e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea.

Objetivo Geral: Analisar por meio do estado atual do conhecimento as relações entre patrimônio cultural e educação na era digital com ênfase nas práticas pedagógicas mediadas por tecnologias que contribuem para a valorização do patrimônio e para a formação cidadã crítica, ética e participativa.

Objetivos Específicos:

- 1 - Analisar como as tecnologias digitais vêm sendo utilizadas nas práticas de educação patrimonial, incluindo recursos como digitalização 3D, realidade aumentada e ambientes virtuais.
- 2 - Identificar as principais abordagens teórico-metodológicas presentes na literatura sobre patrimônio cultural no contexto da cultura digital.
- 3 - Discutir o papel das tecnologias digitais na promoção do acesso, preservação e difusão do patrimônio cultural.
- 4 - Investigar como a educação digital contribui para a formação cidadã, considerando aspectos como ética, criticidade, participação social e responsabilidade no uso das tecnologias.
- 5 - Refletir sobre os desafios e potencialidades da formação docente para o uso de tecnologias digitais no ensino do patrimônio cultural.
- 6 - Avaliar as implicações da cultura digital nas práticas educativas e na construção de uma cidadania ativa no contexto contemporâneo.

PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO

Foram encontrados 30 estudos sobre Patrimônio Cultural e Educação. Destes, 11 estudos foram excluídos por serem correspondentes a teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias e voltados para a formação de professores do ensino superior. Os anos de 2021 e 2024 apresentaram o maior número de estudos publicados sobre o assunto.

Dos 19 estudos selecionados para esta revisão, observa-se uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas acerca da educação patrimonial e sua relação com o contexto escolar, evidenciando a amplitude e a complexidade do tema no cenário educacional brasileiro. De maneira geral, os estudos analisados convergem ao demonstrar que a educação patrimonial tem sido desenvolvida predominantemente sob uma perspectiva interdisciplinar, com forte articulação com o ensino de História, Geografia e demais áreas das Ciências Humanas. Essa integração evidencia seu papel estratégico na construção da consciência histórica, da identidade cultural e da memória coletiva, aspectos fundamentais para a formação dos estudantes enquanto sujeitos críticos e socialmente situados (Melo, 2021; Oliveira, 2022).

Nesse contexto, destaca-se a centralidade do patrimônio cultural como recurso pedagógico no processo de ensino-aprendizagem. A literatura revisada aponta que o uso do patrimônio — tanto material quanto imaterial — permite a construção de aprendizagens contextualizadas, nas quais os estudantes estabelecem conexões entre conteúdos escolares e suas realidades socioculturais. Essa aproximação favorece a compreensão dos processos históricos de maneira mais significativa, ao possibilitar a articulação entre passado e presente, além de contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da valorização das identidades

locais (Bastiani *et al.*, 2023). Assim, o patrimônio deixa de ser compreendido apenas como objeto de preservação e passa a ser incorporado como ferramenta ativa na mediação do conhecimento.

Paralelamente, uma vertente crítica se destaca ao compreender o patrimônio cultural como um campo de disputas simbólicas, permeado por relações de poder, processos de seleção cultural e desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a educação patrimonial assume um caráter problematizador, incentivando os estudantes a refletirem sobre quais narrativas são legitimadas e quais são marginalizadas nos processos de construção da memória coletiva. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de uma consciência histórica mais crítica, ao evidenciar que o patrimônio não é neutro, mas resultado de escolhas sociais, políticas e culturais (de Bastiani *et al.*, 2023). Ao incorporar essa dimensão crítica, a escola amplia seu papel formativo, promovendo não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a reflexão sobre a sociedade e suas estruturas.

Essas discussões são ampliadas quando o patrimônio é relacionado aos espaços urbanos e às vivências cotidianas dos estudantes. Estudos como os de Silva *et al.* (2024) destacam a importância de considerar o território como elemento fundamental na educação patrimonial, fortalecendo o vínculo entre escola, comunidade e cidade. Ao explorar o patrimônio presente no entorno escolar, os estudantes são incentivados a reconhecer e valorizar os elementos culturais que compõem seu cotidiano, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma postura investigativa e crítica em relação ao espaço em que vivem. Essa aproximação entre educação, cidade e patrimônio contribui para a formação de uma cidadania ativa, baseada no reconhecimento do direito à memória e à participação nos processos de preservação e ressignificação cultural.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se ao uso de metodologias participativas e experiências práticas no desenvolvimento da educação patrimonial. Os estudos analisados evidenciam a importância de estratégias pedagógicas que valorizem o protagonismo discente, a aprendizagem ativa e a construção coletiva do conhecimento. Atividades como visitas a museus, centros históricos e espaços culturais, projetos de investigação sobre a história local, oficinas temáticas e práticas sensoriais são frequentemente mencionadas como formas eficazes de aproximar os estudantes do patrimônio cultural (de Bastiani *et al.*, 2023). Essas experiências possibilitam uma aprendizagem mais significativa, ao envolver dimensões cognitivas, afetivas e sociais, além de promover a interação entre diferentes saberes e linguagens.

A transversalidade da educação patrimonial constitui outro elemento central identificado nos estudos. A possibilidade de integração do tema em diferentes componentes curriculares evidencia seu potencial como eixo articulador do currículo escolar. Trabalhos que abordam a capoeira como patrimônio cultural no ensino de Educação Física, por exemplo, demonstram como práticas corporais podem ser utilizadas para discutir questões históricas, culturais e identitárias, promovendo uma abordagem interdisciplinar do conhecimento (Melo, 2021). Da mesma forma, estudos sobre a inserção do patrimônio no ensino de Geografia destacam

a importância de compreender o espaço geográfico a partir de suas dimensões culturais, sociais e históricas (Abrahão *et al.*, 2022). Essa integração contribui para a construção de uma visão mais ampla e contextualizada da realidade, favorecendo o desenvolvimento de competências complexas.

No que se refere às diretrizes educacionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem desempenhado um papel relevante na consolidação da educação patrimonial como temática importante no ensino básico. Os estudos analisados indicam que a BNCC incorpora, ainda que de forma transversal, elementos relacionados ao patrimônio cultural, à diversidade e à formação cidadã. Estudos como os de Madeira-Lacerda (2024) evidenciam avanços no campo normativo, ao destacar a importância de resgatar raízes culturais e promover o exercício da cidadania por meio da valorização do patrimônio. No entanto, também apontam para uma lacuna significativa entre o que é proposto nos documentos oficiais e sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas (Madeira-Lacerda, 2024).

Essa discrepância pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais se destacam a formação insuficiente dos professores, a falta de materiais didáticos específicos e as limitações estruturais das escolas (Madeira-Lacerda, 2024). Muitos docentes ainda enfrentam dificuldades para compreender e aplicar a educação patrimonial de forma crítica e interdisciplinar, o que compromete o potencial transformador dessas práticas. Além disso, a ausência de políticas públicas mais efetivas e de investimentos contínuos na área contribui para a manutenção dessas dificuldades, evidenciando a necessidade de ações mais articuladas entre diferentes níveis de gestão educacional (Abrahão *et al.*, 2022; Madeira-Lacerda, 2024).

A relação entre cultura e formação cidadã emerge como um dos eixos mais relevantes da educação patrimonial (Rocha e Costa, 2025). A literatura revisada destaca que, ao promover o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, a escola contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e participativos (Madeira-Lacerda, 2024; Rocha e Costa, 2025). A cultura, nesse contexto, é compreendida como um campo dinâmico e plural, no qual diferentes grupos sociais constroem e ressignificam suas identidades. A educação patrimonial, ao dialogar com essa perspectiva, possibilita a problematização de estereótipos, a valorização de saberes tradicionais e o reconhecimento de grupos historicamente marginalizados (Madeira-Lacerda, 2024).

Esse processo é fundamental para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e com a promoção da equidade (Rocha e Costa, 2025; Madeira-Lacerda, 2024). Ao incentivar o respeito às diferenças e a valorização da diversidade, a educação patrimonial contribui para o desenvolvimento de atitudes éticas e solidárias, essenciais para a convivência em uma sociedade democrática. Além disso, ao estimular o engajamento dos estudantes com seu território e sua comunidade, promove o exercício da cidadania de forma ativa e consciente (Madeira-Lacerda, 2024).

De forma geral, os estudos analisados indicam uma transição significativa nas abordagens da educação patrimonial, que passam de modelos tradicionais, centrados na transmissão de conteúdos e na valorização acrítica do patrimônio,

para perspectivas mais críticas, participativas e contextualizadas (Madeira-Lacerda, 2024). Essa mudança reflete transformações mais amplas no campo educacional, alinhadas às demandas de uma sociedade contemporânea marcada pela diversidade cultural, pela complexidade social e pela necessidade de formação de sujeitos autônomos e críticos (Rocha e Costa, 2025).

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes que precisam ser enfrentados para a consolidação de uma educação patrimonial efetivamente crítica e transformadora. A formação docente aparece como um dos principais pontos de atenção, sendo necessária a oferta de programas de formação inicial e continuada que abordem de maneira consistente os fundamentos teóricos e metodológicos da educação patrimonial (Rocha e Costa, 2025). Além disso, é fundamental investir na produção de materiais didáticos que dialoguem com as realidades locais e que ofereçam suporte aos professores na implementação de práticas pedagógicas inovadoras (Madeira-Lacerda, 2024; Rocha e Costa, 2025).

Outro desafio refere-se à necessidade de maior integração entre políticas públicas e práticas escolares. Embora existam diretrizes que reconheçam a importância da educação patrimonial, sua efetivação depende de ações concretas que garantam condições adequadas para sua implementação. Isso inclui investimentos em infraestrutura, acesso a espaços culturais, parcerias com instituições de memória e valorização do trabalho docente (Madeira-Lacerda, 2024).

Por fim, destaca-se a importância de ampliar as pesquisas na área, especialmente aquelas que investigam os impactos das práticas de educação patrimonial na aprendizagem dos estudantes e na formação da consciência histórica e cidadã. A produção de evidências empíricas pode contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a formulação de políticas educacionais mais eficazes. Dessa forma, a educação patrimonial se configura como um campo em expansão, com grande potencial para contribuir para a construção de uma educação mais significativa, crítica e socialmente comprometida. Ao articular patrimônio cultural, práticas pedagógicas, diretrizes curriculares como a BNCC e a formação cidadã, ela se consolida como um eixo fundamental para a promoção de uma educação que valoriza a diversidade, fortalece identidades e estimula a participação ativa dos estudantes na sociedade contemporânea.

TECNOLOGIAS DIGITAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, a literatura científica evidencia uma lacuna importante na articulação entre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e a educação patrimonial, especialmente no contexto da educação básica. A partir do levantamento realizado, observa-se que apenas um estudo aborda diretamente essa integração, destaca-se o trabalho de Rocha e Costa (2025). Esse dado revela o caráter ainda incipiente do campo, indicando a necessidade de maior aprofundamento teórico e metodológico. Ainda assim, as evidências disponíveis

permitem identificar tendências e potencialidades relevantes para a compreensão do papel das tecnologias digitais na mediação do ensino do patrimônio cultural.

Rocha e Costa (2025) definem as TDICs como o conjunto de recursos tecnológicos digitais utilizados para produzir, armazenar, compartilhar e comunicar informações, incluindo computadores, celulares, internet e plataformas educacionais. No contexto educacional, essas tecnologias ultrapassam uma função meramente instrumental, passando a atuar como mediadoras dos processos de ensino e aprendizagem. Essa mediação é particularmente significativa na educação patrimonial, na medida em que possibilita a ampliação das experiências educativas, favorecendo o acesso a diferentes manifestações culturais e a construção de conhecimentos de forma mais dinâmica e interativa (Rocha e Costa, 2025).

No âmbito da educação patrimonial, as TDICs podem contribuir para a construção da identidade cultural dos estudantes ao promover práticas pedagógicas mais participativas, críticas e contextualizadas (Rocha e Costa, 2025). Ao integrar recursos digitais ao ensino, o professor amplia as possibilidades de abordagem do patrimônio cultural, o que permite que os alunos acessem acervos digitais, explorem diferentes narrativas históricas e desenvolvam uma relação mais próxima com seus contextos socioculturais. Esse processo favorece o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, baseada na problematização e na reflexão sobre diferentes perspectivas.

Além disso, Rocha e Costa (2025) enfatizam que a cultura deve ser compreendida como um campo de disputas simbólicas, influenciado por desigualdades sociais. Nesse sentido, a inserção das TDICs na educação patrimonial pode contribuir para processos emancipatórios, desde que orientada por abordagens críticas. As tecnologias digitais, quando utilizadas de forma reflexiva, permitem que os estudantes assumam um papel mais ativo na produção do conhecimento, valorizando suas experiências e referências culturais. Dessa forma, a escola pode atuar como um espaço de ressignificação cultural, promovendo o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento da identidade dos sujeitos.

Entre as estratégias pedagógicas destacadas, a gamificação e o uso de ambientes digitais interativos mostram-se eficazes para ampliar o engajamento dos estudantes (Rocha e Costa, 2025). Essas abordagens tornam o aprendizado mais dinâmico e significativo, estimulando a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. Projetos que envolvem a produção de conteúdos digitais, como registros audiovisuais e mapeamentos culturais, também se destacam por fortalecerem o vínculo dos alunos com o patrimônio local e por incentivarem o protagonismo estudantil (Costa *et al.*, 2023).

Entretanto, apesar das potencialidades, a implementação das TDICs enfrenta desafios estruturais relevantes no contexto brasileiro. Entre eles, destacam-se a falta de infraestrutura tecnológica adequada, as desigualdades no acesso à internet e a insuficiente formação docente para o uso pedagógico das tecnologias (Rocha e Costa, 2025). Esses fatores limitam a efetividade das propostas e evidenciam a necessidade de políticas públicas que garantam condições mais equitativas para a integração das tecnologias no ambiente escolar.

De forma complementar, Costa *et al.* (2023) apontam que a incorporação das TDICs no ensino contribui não apenas para o fortalecimento da identidade cultural, mas também para o desenvolvimento de competências digitais, cognitivas e socioemocionais. Tais competências são fundamentais em uma sociedade contemporânea marcada pela cultura digital e pela circulação intensa de informações. Assim, a utilização das tecnologias na educação patrimonial amplia o escopo formativo, articulando conhecimentos culturais com habilidades essenciais para a vida em sociedade.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial das TDICs na valorização e preservação de culturas locais e saberes tradicionais (Costa *et al.*, 2023). Por meio de ferramentas digitais, é possível registrar e difundir práticas culturais que, muitas vezes, são invisibilizadas nos currículos escolares. Esse processo é especialmente significativo em contextos que envolvem culturas populares e educação indígena, nos quais as tecnologias podem atuar como instrumentos de fortalecimento identitário e de resistência cultural. Ao possibilitar novas formas de registro e interação, as TDICs ampliam o alcance e a visibilidade desses saberes (Costa *et al.*, 2023; Rocha e Costa, 2025).

Contudo, é fundamental que o uso das tecnologias seja orientado por uma perspectiva crítica, que respeite as especificidades culturais e evite processos de simplificação ou apropriação indevida (Costa *et al.*, 2023; Rocha e Costa, 2025). A mediação docente desempenha papel central nesse processo, garantindo que as práticas pedagógicas sejam contextualizadas e eticamente fundamentadas. Dessa forma, a integração entre TDICs e educação patrimonial deve ser compreendida como um processo dialógico, que valoriza o conhecimento local e promove a construção coletiva do saber (Costa *et al.*, 2023; Rocha e Costa, 2025).

Por fim, embora ainda incipiente, a articulação entre TDICs e educação patrimonial configura-se como um campo promissor. As tecnologias digitais oferecem possibilidades inovadoras para a valorização, preservação e ressignificação do patrimônio cultural, ao favorecer práticas pedagógicas mais críticas, participativas e contextualizadas. Ao mesmo tempo, contribuem para o engajamento dos estudantes e para a construção de identidades culturais mais conscientes e reflexivas. Nesse sentido, o avanço das pesquisas nessa área é fundamental para consolidar práticas educativas mais inclusivas e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea (Rocha e Costa, 2025; Costa *et al.*, 2023).

A análise dos estudos revisados permite identificar limites significativos nas práticas atuais de educação patrimonial no contexto escolar brasileiro, ao mesmo tempo em que evidencia possibilidades promissoras associadas ao uso de tecnologias educacionais. De modo geral, embora haja avanços teóricos importantes, especialmente no reconhecimento do patrimônio como recurso pedagógico e na valorização de abordagens interdisciplinares e críticas, persistem entraves estruturais, formativos e metodológicos que dificultam a consolidação dessas práticas no cotidiano escolar (Melo, 2021; Oliveira, 2022; Madeira-Lacerda, 2024).

Entre os principais limites, destacam-se a recorrente lacuna entre as diretrizes normativas e aquelas propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — e sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas. Estudos apontam que, embora a BNCC reconheça a importância da valorização da diversidade cultural, da memória e da formação cidadã, sua aplicação no que se refere à educação patrimonial ainda ocorre de forma fragmentada e pouco sistematizada, o que compromete seu potencial formativo (Lacerda, 2024; Abrahão *et al.*, 2022).

Além disso, observa-se que muitas práticas ainda permanecem ancoradas em abordagens tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos e na valorização acrítica do patrimônio cultural, limitando sua utilização como recurso pedagógico ativo. Apesar da literatura indicar uma transição para perspectivas mais críticas e participativas, essa mudança ocorre de forma desigual nas escolas, sendo condicionada por fatores como limitações estruturais, ausência de materiais didáticos e sobrecarga docente (Madeira-Lacerda, 2024; de Bastiani *et al.*, 2023).

Outro limite relevante refere-se à insuficiente incorporação de abordagens críticas que compreendam o patrimônio como campo de disputas simbólicas. Embora os estudos enfatizem a necessidade de problematizar relações de poder, desigualdades sociais e processos de seleção cultural, essa perspectiva ainda é pouco explorada nas práticas escolares, o que pode resultar na reprodução de narrativas hegemônicas e na invisibilização de grupos sociais historicamente marginalizados (Bastiani *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2024).

Adicionalmente, a articulação entre escola, território e comunidade — fundamental para a construção da cidadania — ainda enfrenta obstáculos práticos. Apesar de iniciativas que valorizam o patrimônio local e as vivências cotidianas dos estudantes, muitas instituições encontram dificuldades para desenvolver atividades externas e metodologias participativas, o que restringe experiências educativas mais significativas e contextualizadas (Silva *et al.*, 2024; de Bastiani *et al.*, 2023).

No que se refere às possibilidades, o uso de tecnologias educacionais, especialmente as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), emerge como um campo promissor para a superação de parte desses desafios. Ainda que incipientes no âmbito da educação patrimonial, as TDICs apresentam potencial para ampliar o acesso ao patrimônio cultural, diversificar estratégias pedagógicas e promover maior engajamento dos estudantes (Rocha e Costa, 2025; Costa *et al.*, 2023).

Nesse sentido, as TDICs podem atuar como mediadoras na construção da identidade cultural, ao favorecer o contato dos estudantes com diferentes manifestações culturais e ampliar as formas de produção e compartilhamento de conhecimento. Estratégias como gamificação, produção de conteúdos digitais e uso de plataformas interativas fortalecem o protagonismo discente e contribuem para práticas pedagógicas mais críticas e participativas (Rocha e Costa, 2025).

Além disso, as tecnologias digitais oferecem contribuições relevantes para a valorização e preservação de culturas locais e saberes tradicionais. Por meio de registros digitais, acervos virtuais e redes de compartilhamento, é possível dar

visibilidade a práticas culturais frequentemente marginalizadas, promovendo o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento identitário, especialmente em contextos de culturas populares e comunidades tradicionais (Costa *et al.*, 2023).

Outro aspecto importante refere-se ao desenvolvimento de competências essenciais para a sociedade contemporânea. A incorporação das TDICs no ensino contribui não apenas para a aprendizagem de conteúdos relacionados ao patrimônio cultural, mas também para o desenvolvimento de habilidades digitais, cognitivas e socioemocionais, fundamentais para a formação integral dos estudantes (Costa *et al.*, 2023; Rocha e Costa, 2025).

Entretanto, o potencial das tecnologias educacionais não se concretiza automaticamente, sendo condicionado por fatores estruturais e formativos semelhantes aos já identificados na educação patrimonial. Desafios como desigualdade no acesso à internet, precariedade de infraestrutura e formação docente insuficiente ainda limitam a integração efetiva das TDICs no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais consistentes e articuladas (Rocha e Costa, 2025; Abrahão *et al.*, 2022).

Por fim, a articulação entre educação patrimonial, tecnologias educacionais, BNCC e formação cidadã configura-se como um caminho estratégico para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e contextualizadas. Ao integrar o patrimônio cultural como recurso pedagógico e utilizar as tecnologias como mediadoras do processo educativo, a escola amplia suas possibilidades de atuação na formação de sujeitos conscientes, críticos e participativos, contribuindo para uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea (Melo, 2021; Oliveira, 2022; Lacerda, 2024; Madeira-Lacerda, 2024; Silva *et al.*, 2024; Rocha e Costa, 2025; Costa *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências reunidas neste estudo indicam que a educação patrimonial, no contexto da educação básica brasileira, tem avançado ao incorporar abordagens interdisciplinares, críticas e contextualizadas, consolidando-se como um importante eixo para a construção da consciência histórica, da identidade cultural e da memória coletiva. O reconhecimento do patrimônio cultural como recurso pedagógico amplia as possibilidades de ensino-aprendizagem, permitindo a articulação entre saberes escolares e vivências socioculturais dos estudantes. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à efetivação dessas práticas no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à formação docente, à disponibilidade de recursos didáticos e à articulação entre diretrizes curriculares e sua aplicação prática.

No que se refere à inserção das tecnologias digitais, os resultados evidenciam um campo em consolidação, mas com elevado potencial transformador. As tecnologias ampliam o acesso ao patrimônio cultural, diversificam as estratégias pedagógicas e favorecem o protagonismo dos estudantes, contribuindo para práticas mais participativas e significativas. Além disso, desempenham um papel

relevante na valorização e preservação de culturas locais e saberes tradicionais, ao possibilitar novas formas de registro, difusão e interação cultural. Entretanto, sua efetividade depende de condições estruturais adequadas, acesso equitativo e formação docente qualificada, o que reforça a necessidade de investimentos e políticas educacionais mais consistentes.

A articulação entre educação patrimonial, cultura digital e formação cidadã configura-se como um caminho estratégico para o desenvolvimento de uma educação mais crítica, inclusiva e socialmente comprometida. Ao promover o reconhecimento da diversidade cultural, o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes, essas práticas contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes e atuantes na sociedade contemporânea. Contudo, para que esse potencial se concretize de forma ampla, é fundamental fortalecer a formação de professores, ampliar o acesso às tecnologias e incentivar a produção de práticas pedagógicas inovadoras que integrem, de maneira efetiva, patrimônio, educação e cultura digital.

REFERÊNCIAS

- Abrahão, B. O. de L., Parente, M. L. da C., & Rodrigues, A. G. (2022). Capoeira, patrimônio cultural e educação física: Reflexões curriculares sobre a diversidade de conteúdos na escola. *Revista E-Curriculum*, 20(3), 1022–1042. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i3p1022-1042>
- Andrade, L. B. D., & Lamas, N. D. C. (2020). *Educação patrimonial no ensino formal: Consciência e participação cidadã*. Educação e Pesquisa, 46, e219255. <https://revistas.usp.br/ep/article/view/187039>
- Carvalho, F., Santos, E., Pimentel, M., de Menezes, M. V., de Almeida, W. C., & Maddalena, T. L. (2024). Educação cibercultural. *Revista Docência e Cibercultura*, 8(3), 1–8. <https://doi.org/10.12957/redoc.2024.83738>
- Costa, E. T. L., Santos da Silva, G., & Alves Lima, M. V. (2023). Incorporação das tecnologias digitais de informação e comunicação no sistema educacional brasileiro. *Revista Ciência (In) Cena*, 1(10). <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/cienciaincenabahia/article/view/2139>
- Bastiani, J., Cardoso, E., Bruscatto, L. M., & da Silva, F. P. (2023). Tecnologias digitais aplicadas ao patrimônio histórico e à educação patrimonial: Uma revisão da literatura. *Revista Campo da História*, 8(2), 609–625.
- Da Silva, E., Castoldi, L. L., Basso, C. V., & Pasa, B. C. (2025). Formação continuada de professores: Um olhar para as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). *Revista Contexto & Educação*, 40(122), e16679. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2025.122.16679>
- Fontes, A. J., & de Souza, M. V. (2024). Educação digital e vídeos: Reflexões sobre formatos e influências da cibercultura. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, 57–73. <https://doi.org/10.18764/2447-6498.v10n2.2024.17>

Joaquim, B. S., & Pesce, L. (2018). O uso crítico das tecnologias digitais da informação e da comunicação na educação (não compensatória) de jovens e adultos. *Práxis Educacional*, 14(29), 126–142. <https://doi.org/10.22481/praxis.v14i29.4102>

Madeira-Lacerda, F. (2024). Educação patrimonial e BNCC: Resgatando raízes e promovendo cidadania. *Humanas em Perspectiva*, 10. <https://doi.org/10.51249/hp10.2024.1983>

Mallmann, E. M. (2023). Conjecturas tecnológicas e formativas nas políticas públicas educacionais. *Revista Inter-Ação*, 48(2), 562–582. <https://doi.org/10.5216/ia.v48i2.74994>

Melo, A. P. T. (2021). Educação patrimonial no ensino de geografia: Um olhar para além dos muros escolares. No *XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia e Pesquisa em Geografia*.

Morales, S., & Mansour, V. (2025). Brecha digital na educação: Uma análise de sua relação com o capital tecnológico dos professores. *Acta Scientiarum. Education*, 47(1), e71713. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v47i1.71713>

Nascimento, M. S., & Santos, E. J. (2025). Cidadania digital e inteligência artificial: Estratégias pedagógicas para o desenvolvimento do pensamento crítico. *Revista de Estudos de Cultura*, 11(27), 163–179. <https://doi.org/10.32748/revec.v11i27.22710>

Oliveira, A. F. B. (2022). *O aprendizado da história por meio do patrimônio cultural*. *Interações*, 23(1), 19–33. <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3159>

Peçanha-Rostoldo, J. (2021). *Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória*. *Patrimônio e Memória*, 17(2), 152–168. <https://doi.org/10.5016/pem.v17i2.3075>

Rivero, P., Aso, B., García-Ceballos, S., & Navarro-Neri, I. (2025). *Towards a paradigm for online heritage: Cyber communities and digital educommunication*. *Cultural Trends*, 34(2), 214–229. <https://doi.org/10.1080/09548963.2024.2345835>

Rocha, W. dos S., & Costa, J. C. C. (2025). *A identidade cultural e as tecnologias digitais da informação e comunicação na educação brasileira*. *EaD & Tecnologias Digitais na Educação*, 12(16), 54–66. <https://doi.org/10.30612/eadtde.v14i16.18929>

Silva, K. M., & Brunelo, L. (2024). O patrimônio cultural brasileiro na educação básica: Dos dispositivos legais à prática docente. *Revista Mosaico - Revista de História*, 17(2), 103–116. <https://doi.org/10.18224/mos.v17i2.13971>

UNESCO. (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444_por.